

CRISE DAS CIÊNCIAS HUMANAS OU DAS CIÊNCIAS SOCIAIS?*

Maria Ciavatta

Introdução

De qual das crises se trata? Começo pelas palavras do tema. Na filosofia, a palavra crise deriva do grego *krisis* que significa escolha, seleção, decisão. Em sentido geral, uma situação de crise significa mudança no curso de um processo, um profundo estado de desequilíbrio ou conflito que sinaliza mudança que ainda não se concretizou. Do ponto de vista político, diz respeito ao Estado, às suas autoridades e instituições. Em sentido moral, costumam ser conflitos de valores éticos ou religiosos tradicionais que não postos em destaque ou desafiados. Do ponto de vista econômico, é um desequilíbrio entre produção e consumo, por falta ou por excesso de bens, de recursos materiais ou financeiros (com base em Japiassu; Marcondes, 1996). Do ponto de vista epistemológico, a crise das ciências é uma crise de paradigmas explicativos do mundo em que vivemos.

1. Ciências Humanas ou Ciências Sociais?

Outra expressão que chama a atenção e demanda entendimento preliminar é Ciências Humanas. São as ciências que estudam os seres humanos. As ciências humanas têm um significado na metafísica que é, o sentido aristotélico, o que está além da física, o mundo da matéria, o que o transcende. Na classificação do CNPq que nos organiza como pesquisadores, as Ciências Humanas e as Ciências Sociais Aplicadas estudam o ser humano em sociedade, de diversos pontos de vista. Na Tabela de Áreas do Conhecimento, do CNPq, as Ciências Humanas incluem Filosofia, Sociologia, Antropologia, Arqueologia, História, Geografia, Psicologia, Educação, Ciência Política e Educação. As Ciências Sociais Aplicadas incluem

* DOI - 10.29388/978-65-6070-055-0-0-f.50-63

Direito, Administração, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Demografia, Ciência da Informação, Museologia, Comunicação, Serviço Social, Economia Doméstica e Desenho Industrial.¹

Esta distinção tem finalidades práticas e organizacionais, mas não dá conta da distinção do que é humano e o que é social, porque, as ciências sociais não serão humanas? E as Ciências Humanas, não serão do homem em sociedade? Ou serão de homens e mulheres metafísicos, transcendententes? As religiões dizem que sim, que lidam com a transcendência à via material (exceto religiões protestantes que estimulam a conquista da riqueza...).

No polo oposto da concepção metafísica, do ser humano individual, como gênero humano, está a concepção do ser humano como ser social. Assim ensina Marx (1980 e outras) em sua obra; assim ensina Lukács (Lukács, 2010), além de outros filósofos que têm implícita esta concepção que admite a transcendência de obras humanas (a arte, a ciência, a abnegação, a solidariedade...), mas vêem os seres humanos a partir de sua relação com a sociedade, com a natureza, a partir do trabalho. É uma humanidade social pela forma como nós seres humanos nos produzimos, produzimos bens, conhecimentos e nos relacionamos.

Cabe ainda uma breve explicitação sobre de que ciência falamos. Na acepção clássica, é “[...] um saber metódico e rigoroso.”; em sentido mais moderno, “[...] é um conjunto de aquisições intelectuais.”, mas, em ambos os sentidos, sua finalidade “[...] é propor uma explicação racional e objetiva da realidade.” (Japiassu, 1996, p. 43). Disto concluímos que a diferença básica entre as duas denominações, ciências humanas e ciências sociais, está na concepção de homem e de sociedade, em que a concepção de ser humano como indivíduo metafísico, abstrato, transcendente, não se sustenta. Homens e mulheres somos o que somos porque existimos com os outros e como parte da natureza; com eles geramos novas vidas, a arte, a cultura, os valores, as ciências e todos os saberes que lhes são inerentes.

Quando pergunto, de que crise se trata, assumo a crise ética, social, das relações com a natureza, na vida material, imaterial (científica, intelectual, emocional, moral, religiosa) e política, de convivência, social,

¹ Disponível em:

<https://lattes.cnpq.br/documents/11871/24930/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf/d192ff6b-3e0a-4074-a74d-c280521bd5f7>, p. 15-21. Acesso em: 12 ago. 2024.

por excelência. Vivemos, sim, em escala planetária, nacional, regional e local a crise da situação grave em os acontecimentos da vida social estão em processo acelerado de disputa do sentido da transformação em curso.

A crise das ciências reflete a instabilidade das relações sociais e políticas que vivemos. Em 2022, com o agravante da pandemia, a Margareth Dalcomo, uma autoridade da Fiocruz, em recente entrevista (Collucci, 2022, p. B3) disse “[...] ter ficado surpresa com a eleição de parlamentares que, durante a pandemia, agiram contra o conhecimento científico”.

São ciências humanas ou sociais e da natureza que estudam o desmatamento de nossas florestas e a invasão de terras indígenas que vivem a cultura da preservação as matas e dos rios; estudam o mal-estar das guerras, da migração de grandes contingentes humanos que perdem seus lugares, seus bens e afetos de origem para enfrentar um desconhecido permeado de hostilidade, de rejeição, principalmente pelos países ricos, europeus, sem lembrar seu passado de colonizadores?

2. O trabalho no epicentro da crise mundial²

Este texto foi elaborado em tempos sombrios, quando emergiu, na liderança governamental e em grupos sociais no país, o que Hanna Arendt (1983) chamou de a banalização do mal. Foram tempos de apreensão com a emergência de conflitos em vários níveis (de amigos, de familiares), de liberação da fabricação e de armas no Brasil, de violência, aumento das manifestações de racismo, de desrespeito aos valores da convivência democrática. Falamos de 2022, último ano do governo Jair Bolsonaro, sintonizado com a direita política que se tornou mais visível no Brasil e em outros países.

Nas palavras do ex-ministro Celso Amorim (Maretti, 2020), o mundo enfrenta grandes crises: a crise climática, a pandêmica e a militar com a Guerra da Ucrânia e da Rússia, à qual, em 2024, acrescentamos o massacre de Gaza, a ferocidade de Israel e a mortandade de palestinos e

² Algumas questões desta seção constam de CIAVATTA, M. **A EPT, o trabalho e as metamorfoses do capital** (Versão preliminar). UFF: 2022. Outras têm por base a Apresentação do Seminário de Estudos do Grupo THESE – Projetos Integrados de Pesquisas sobre Trabalho, História, Educação e Saúde (UFF-UERJ-EPSJV-Fiocruz), junho/2022.

judeus e a ameaça nuclear. Amorim destaca que vivemos um processo de mutação na geopolítica mundial, da polarização nos Estados Unidos, para a multipolarização, com os Estados Unidos, Rússia e China. O que converge com as análises de José Luiz Fiori (2022).

Está em curso o embate das mudanças tecnológicas e das transformações produtivas com a inserção de novas e avançadas tecnologias que reduzem os postos de trabalho, selecionando os quadros de trabalhadores mais qualificados. Aos trabalhadores simples, de menor qualificação, destinam o dito trabalho “autônomo”, o sujeito auto empreendedor, a conformação a uma vida incerta sem as garantias da regulamentação das relações de trabalho. Cresce o desemprego, senão as muitas formas de trabalho precarizado, a pobreza, a fome, as migrações de milhões de pessoas, vítimas do autoritarismo e da concentração de riquezas nas mãos de poucos.

Um estudo da ONU (2019) aponta o aumento da população de migrantes internacionais. “O número de migrantes internacionais alcançou 272 milhões de pessoas em 2019, um aumento de 51 milhões desde 2010. Atualmente, elas e eles somam 3,5% da população global, comparado com 2,8% em 2000, de acordo com novas estimativas divulgadas pela Organização das Nações Unidas [...]”.

Desde o início, o atual governante (em 2022, Jair Bolsonaro) buscou brechas na Constituição Federal para a destruição dos coletivos, denegrindo as instituições, asfixiando-as pelo corte de recursos, liberando e estimulando o uso de armas pela população, em clubes de tiro, como divertimento e meio de negócios; foi leniente, com ameaças de morte e invasão de áreas das populações indígenas e ribeirinhas que habitam, secularmente, terras invadidas pelo garimpo ilegal, com o custo de vidas.

Em 2022, comemoramos os 200 anos da (In)dependência com o usual tom triunfalista patriótico Não obstante as transformações havidas desde o ano 1822, nossas elites sempre cultivaram a dependência econômica e política; espelham-se nos modelos europeu e americano, sem termos a mesma institucionalidade democrática, isto é, instituições que assegurem os direitos sociais, mesmo em situação de crises e disputas políticas.

Além disso, os níveis de desigualdade social e econômica, de preconceito e restrições étnico-raciais, de gênero, expressam-se no colonialismo remanescente a serviço do capital. Embora metamorfoseados, são processos históricos de exploração e acumulação capitalista e suas ideologias de legitimação da cultura, da política, da economia, da pretensa superioridade humana dos povos colonizadores. Primeiro, segundo os padrões colonizadores dos europeus; depois, acrescidos dos padrões produtivos e consumistas dos Estados Unidos.

Em 1992, rememoramos o que a Espanha queria que fosse a celebração dos 400 anos da chegada dos espanhóis. Os cientistas sociais, os historiadores da América Latina, retificaram que não havia o que celebrar, mas lembrar a história para não esquecer do genocídio de nossas populações. Tratava-se de desmistificar o ar festivo da espoliação e escravização que foi a dominação europeia no continente sul-americano.

Tzvetan Todorov (1987), escreveu um livro esclarecedor sobre a chegada de Colombo e de Hernán Cortez à América, relatada por Frei Bartolomé de las Casas, sobre a relação de desigualdade e assimetria que existiu desde o início, entre o colonizador e o colonizado. Diziam os espanhóis: ser humano é ser igual aos europeus (língua, costumes, religião, vestimentas etc.); os indígenas não parecem seres humanos; se são humanos, são bárbaros inferiores, o que justifica a pilhagem, a servidão, a escravização. Todorov (1987) chamou de “[...] a questão do outro.”, o reconhecimento do outro como ser humano, na sua complexa e particular humanidade.

A ganância de todos os colonizadores aproveitou-se de nossos recursos naturais, de nossa mão de obra tornada barata, de nossas expressões culturais e capacidade de trabalho. Aproveita até hoje, como mostra a teoria da dependência (Marini, 2000). Nossa inserção nos países capitalistas impõe uma superexploração do trabalho assalariado, aumento da extração da mais-valia relativa, com base na transformação das bases tecnológicas da produção; desvalorização da força de trabalho e sua redução a salários de sobrevivência; e redução da formação dos trabalhadores, destinados ao trabalho simples, já que o trabalho especializado, complexo em ciência e tecnologia, é feito nos países avançados.

Marcio Pochmann em seu livro sobre *A grande desistência histórica e o fim da sociedade industrial* (2022, p. 11-12), apresenta as características da nova dependência do país. Com o fim da Ditadura (1964-1985), a redemocratização teve a disputa de dois projetos. O primeiro, igualitário “com o reforço da soberania nacional assentado no crescimento econômico e a inclusão social”; e o segundo, que prevaleceu, “associado à globalização neoliberal, desigualitário por natureza e sem comprometimento com a democracia”. Completa o autor:

Assim, a nova dependência externa brasileira se fortaleceu, sobretudo com o ingresso passivo e subordinado à globalização neoliberal nos anos 1990. [...] O esvaziamento da autonomia nacional para o estabelecimento de um ciclo produtivo decorreria do fim da industrialização considerada a coluna vertebral do desenvolvimento de qualquer nação, e da degradação geral dos mecanismos de financiamento a médio e longo prazo da economia e do sistema nacional de inovação tecnológica.

Com o Golpe político midiático empresarial de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff em 2016, a ascensão à Presidência do governo ilegítimo de Michel Temer, a aprovação do Teto de Gastos, as reformas trabalhista e educacional e o governo neoliberal de direita de Jair Bolsonaro, em 2018, consolidou-se a opção da nova dependência no Brasil.

À semelhança dos EUA, cresceu no país a radicalização da direita política que cultiva a destruição das instâncias coletivas de pensamento, de decisão e de ação. Opera pela violência, pelas *fake news*, pelo negacionismo como prática de adoecimento e morte, pelo ocultamento da malversação de recursos subtraídos às políticas sociais (saúde, educação, saneamento, água, trabalho, previdência, seguridade).

Os trabalhadores vivenciam hoje o desmonte da institucionalidade trabalhista expressa na desregulamentação das relações de trabalho, promovida pela contrarreforma trabalhista do governo Michel Temer. Com o desemprego gerado pelo fechamento de empresas durante a pandemia, a restrição de investimentos produtivos pelo governo Bolsonaro e as novas tecnologias que reduzem sempre mais os postos de trabalho, vivemos um momento de desemprego e, de modo particular, o empobrecimento da população de baixa renda.

Pelo intenso processo de ideologização do trabalho precarizado, procedeu-se à exaltação da autonomia no empreendedorismo, o trabalho por conta própria (Viecelli, 2021), deixando os trabalhadores em situação de desamparo quanto à proteção social à saúde; contra acidentes do trabalho, previdência, assistência social. A isto, soma-se a insuficiência de fiscalização trabalhista que caiu pela metade no (des)governo Bolsonaro (Resende; Brant, 2020).

Tiago Cavalcanti (2021, p. 127), procurador do trabalho escravo em São Paulo, fala dos trabalhadores sub-humanos sob as condições de trabalho do mundo capitalista. Esta seria a “escravidão contemporânea” que, “[...] de forma semelhante ao passado, a escravidão dos dias atuais também denota uma forma de apropriação do ser humano que lhe nega a condição própria de humanidade e viola, com isso, sua dignidade ontológica.”. A ordem capitalista e seu reverso, a (des)ordem na conquista de padrões de vida humanizados, é o que se oferece aos jovens de baixa renda, a exemplo dos entregadores (Fotografia 1).

Fotografia 1 – “Entregadores de aplicativos delivery durante manifestação por melhores condições de trabalho, em frente ao Estádio do Pacaembu (SP)”



Fonte: BIGATTI, F. “Entregadores de aplicativos delivery durante manifestação por melhores condições de trabalho, em frente ao Estádio do Pacaembu (SP)”. **Folha de São Paulo**, 9 abril 2021, p. A 26.

Nos anos 2020 e 2021, foram sucessivas as matérias jornalísticas destacando que as vagas que se criavam eram para empregos temporários. Em 2020, previa-se a criação de 1,9 milhão de empregos temporários, uma

alta de 20%, sem a menor chance de efetivação (Nalin, 2020). Outros jornalistas destacam que “[...] desemprego afeta mais pretos do que brancos e pardos na pandemia.”; a juventude e as mulheres foram os grupos mais atingidos na pandemia com o desemprego (Garcia, 2020); crescem o desamparo familiar e o trabalho infantil. “Estudo estima que 5,7 milhões de crianças de 7 a 14 anos estejam nessa situação no Brasil.” (Gavras, 2022, p. A12).

O breve painel que traçamos com matérias publicadas pela grande imprensa evidenciam a gravidade dos fatos e a tendência governamental até 2022, foi agravá-los pela ausência de políticas públicas sociais que ajudem a população brasileira atravessar este período difícil da vida no planeta onde são reais a crise climática, de alimentação, de violência descontrolada pela ausência do Estado ou por sua intervenção armada nas guerras, desconhecendo ou reprimindo atos de contestação.

Desarticulados os sindicatos pela contrarreforma trabalhista de 2017, dispersos, os trabalhadores (des)sindicalizados pelo desemprego e perda de poder dos sindicatos, são poucos os sinais de resistência, no âmbito do trabalho, identificamos resistências apenas por parte dos entregadores que não contam com laços de trabalho, sob contestação das empresas de aplicativos (André, 2021, p. 19).

Ricardo Antunes (2018, p. 119-120) analisa que

[...] em plena era da *informatização do trabalho* no mundo maquinadigital vem ocorrendo também um processo contraditório, marcado pela informalização do trabalho (trabalhadores sem direitos), presente na ampliação dos terceirizados / subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, teletrabalhadores, potencializando exponencialmente o universo do trabalho precarizado. (grifos do autor).

Dados recentes (Almeida, 2022, p. 22) informam que, “[...] historicamente, o Brasil mantém 40% de sua mão de obra na informalidade. Atualmente, são 39,3 milhões trabalhando sem carteira assinada ou por conta própria, sem direito a seguro-desemprego, previdência social e nem licença médica remunerada.”.

3. Crise das ciências sociais ou crise de civilização?

Vivemos um período no Brasil de tanta inquietação diante das transformações em curso. As ciências sociais buscar acompanhar as crises e interpretar os acontecimentos. Às vésperas da conclusão das mais importantes eleições presidenciais da história do país, o Presidente da República, candidato à reeleição em 2022, de forma aberta, afrontava, a Constituição, as leis, o sistema eleitoral, os poderes constituídos e a nós cidadãos, sem nenhum pudor e sem civilidade. Contestava a ordem democrática, defendia a ditadura e seus torturadores, destruiu políticas sociais e de desenvolvimento científico e tecnológico, privou, sob o eufemismo de contingenciamento, as universidades e os institutos federais de recursos orçamentários destinados à sua manutenção.

Intensificou a destruição das florestas, à revelia de protestos e ameaças de sanções econômicas de outros países. Desativou órgãos de fiscalização e, tacitamente, legitimou a grilagem de terras, a invasão de territórios demarcados e o massacre dos povos indígenas. Manteve políticas econômico-financeiras esvaziando os cofres públicos com benesses eleitoreiras para as populações mais empobrecidas.

Abrigou e difundiu *fake news*, defendeu e incentivou o uso de armas fora dos aparatos de segurança do Estado, legitimando a violência, o racismo, o machismo, a xenofobia, a lgbtfobia e abraçou a mercantilização e politização de religiões evangélicas. *Deus e o diabo na terra do sol*, o dramático filme de Glauber Rocha (1964), poderia ser uma paráfrase da situação de descaso, autoritarismo, injustiça, violência que estamos vivendo no país.

Antes de uma crise das ciências, seria uma crise de civilização que é dada à análise e compreensão pelas ciências humanas e sociais? O termo civilização tem uma longa história de interpretação cultural e política nas ciências sociais. Sem pretender abarcar toda a complexidade epistemológica e histórica do termo, trazemos à reflexão alguns de seus sentidos.

No final do Século XX, reuniu-se no Rio de Janeiro, um grande evento internacional com renomados nomes da filosofia, da história, da ciência política, da economia, da antropologia, da sociologia e relações internacionais. O Seminário *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI* visava discutir o processo civilizatório em curso e seus

desafios aos movimentos sociais. Estavam em foco as relações mundiais e o lugar da América Latina; os problemas globais, o meio ambiente, as contradições do sistema capitalista, o liberalismo e a valorização da diversidade e da pluralidade.

Mas o que é o processo civilizatório e suas crises? Vamos regatar alguns aspectos da questão a partir do sociólogo Norbert Elias, do sociólogo e filósofo Herbert Marcuse e do filósofo István Mészáros.

Elias (1993; 1994) contesta o valor da civilização como progresso, relativiza o termo remetendo-o aos costumes, à cultura de cada época. Centra sua reflexão nos costumes, nos sentimentos, nas relações entre indivíduos e grupos sociais. Tem uma visão histórica, ao longo dos séculos no Ocidente europeu. O desenvolvimento de suas ideias se aproxima do conceito de civilidade entendida como costumes, hábitos que se transformam ao longo do tempo, com a transformação da vida e da cultura dos povos.

Janine Ribeiro (1994, p. 9-11) na apresentação dos livros, destaca que Elias está sempre atento à “teoria: o desenvolvimento dos modos de conduta, a ‘civilização dos costumes’, o adestramento ou condicionamento dos seres humanos, e “[...] uma responsabilidade enorme vai pesando sobre o homem à medida que ele se civiliza.” porque seria obtida pelo controle e outras imposições, rituais etc.

No “Prefácio Político, 1966”, do livro *Eros e Civilização*, Marcuse (1981, p. 13) deixa clara as ideias importantes de sua obra, a crítica à sociedade industrial:

Como a sociedade afluenta depende cada vez mais da ininterrupta produção e consumo do supérfluo, dos novos inventos, obsolescência planejada e dos meios de destruição, os indivíduos têm de adaptar-se a esses requisitos de um modo que excede os caminhos tradicionais.

Para Marcuse (1981, p. 25), a “[...] união da liberdade e servidão tornou-se ‘natural’ e um veículo do progresso.”, o que o autor contesta (MARCUSE, 1981, p. 14): “[...] pobreza e exploração foram produtos da liberdade econômica; repetidamente, povos foram libertados em todo o mundo por seus amos e senhores, e a nova liberdade dessas gentes

redundou em submissão não ao império da lei, mas ao império da lei dos outros.”.

Marcuse escreveu nos anos 1960, ainda no Estado de Bem-estar europeu, época das revoltas estudantis, tempo das revoluções contra o colonialismo. Mas a profundidade da premonição de seu pensamento é válida para a análise dos dias de hoje. Seus pontos de apoio são a análise marxista da realidade social e conceitos freudianos (Marcuse, 1981, p. 23, grifo do autor):

O protesto dos jovens continuará porque é uma necessidade biológica. “Por natureza”, a juventude está na primeira linha dos que vivem e lutam por Eros contra a Morte e contra uma civilização que se esforça por encurtar o “atalho para a morte”, embora controlando os meios de alongar esse percurso [...] Hoje, a luta pela vida, a luta por Eros é a luta *política*.

Mészáros (2003), no livro *Socialismo ou barbárie*, analisa a crise estrutural do capital e o poder imperial dos Estados Unidos no presente, que é de pouco mais de 20 anos atrás – do final da escrita em 1999 ao Prefácio em 2002. Mészáros reitera o dilema posto por Rosa de Luxemburgo que traduzimos pela civilização capitalista da “produção destrutiva” como definiu o autor, diante do aforisma liberal da “destruição criativa”. Estaríamos na terceira fase que, “potencialmente a mais mortal, do imperialismo hegemônico global que corresponde à profunda crise estrutural do capital no plano militar e político, não nos deixa espaço para tranquilidade ou certeza”.

Considerações finais

Iniciamos este trabalho perguntando de que crise se trata. Vimos que o sentido de crise é de mudanças em curso, estado de desequilíbrio ou conflito que ainda não se concretizou, com o desequilíbrio econômico entre produção e consumo, por falta ou por excesso de bens, de recursos materiais ou financeiros, por violência, guerras e regressão nos regimes democráticos, a exemplo do Brasil sob o governo Bolsonaro.

Argumentamos que a distinção ciências humanas e ciências sociais tem base em uma visão metafísica, a primeira, e na dialética materialista, a

segunda, porque concebe o ser humano como um ser social. O segundo tópico é o trabalho, epicentro da crise mundial. Por ele, os seres humanos produzem sua própria sobrevivência atuando na natureza.

No último tópico, crise das ciências sociais ou crise de civilização, buscamos autores de referência sobre os processos civilizatórios. contestam o valor da civilização como progresso, analisando as novas formas de opressão e servidão em nome da liberdade. Estamos na fase do imperialismo hegemônico global que responde pela profunda crise estrutural do capital no plano militar e político.

Referências

ALMEIDA, C. Política para incluir informais. **O Globo**, Economia, 7 ago. 2022.

ANDRÉ, E. Empresas de aplicativos respondem a críticas de entregador. **Folha de São Paulo**, Mercado, 17 mar. 2021.

ANTUNES, R. **O privilégio da escravidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARENDT, Hanna. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense, 1943.

BIGATTI, F. Entregadores de aplicativos delivery durante manifestação por melhores condições de trabalho, em frente ao Estádio do Pacaembu (SP). **Folha de São Paulo**, Folhapress, 9 abr. 2021.

BLUM, B. Automatização do trabalho é história da erosão da classe média. [Entrevista concedida a] Daniel Sussekind. **Folha de São Paulo**, Mercado, 26 set. 2020.

BRIGATTI, F. CPI em SP mira suposta campanha para desmobilizar atos contra o iFood. **Folha de São Paulo**, Mercado, 09 abr. 2022.

CAVALCANTI, T. M. Humanidade perdida: trabalhadores sub-humanos. *In*: CAVALCANTI, T. M. **Sub-humanos**: o capitalismo e a escravidão. São Paulo: Boitempo, 2021, p.127.

COLLUCCI, C. Desmemória em relação à Covid é perigosa, diz a médica. [Entrevista concedida a] Margareth Dalcolmo. **Folha de São Paulo**, Saúde, 18 out. 2022.

DEUS e o diabo na terra do sol. (Filme). Direção de Glauber Rocha. Produção de Luiz Augusto Mendes et al. Distribuidora Copacabana Filmes, 1964.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. v. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. v. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FIORI, J. L. Guerra da Ucrânia – conjuntura e sistema. **TV 247**, 18 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/guerra-da-ucrania-a-conjuntura-e-o-sistema>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GARCIA, D. Desemprego afeta mais pretos do que brancos e pardos na pandemia. **Folha de São Paulo**, Mercado, 29 ago. 2020.

GAVRAS, D. Trabalho infantil no Brasil pode ser 7 vezes maior do que apontam as pesquisas. **Folha de São Paulo**, Mercado, 13 abril 2022.

JAPIASSU, H; MARCONCES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARCUSE, H. Prefácio político, 1966. *In*: MARCUSE, H. **Eros & Civilização**. Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981, p.25 e 14.

MARETTI, E. Celso Amorim: vivemos a mais grave crise desde a Segunda Guerra. **Opera Mundi**., São Paulo, 21 mar. 2020. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/coronavirus/63672/celso-amorim-vivemos-a-mais-grave-crise-desde-a-segunda-guerra>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MARINI. R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI**. Socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

NALIN, C. Há vagas, mas para temporários. **O Globo**, Economia, 27 dez. 2020.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). Estudo da ONU aponta aumento da população de migrantes internacionais. **Notícias – Local**, 19 set. 2019. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt->

br/news/estudo-da-onu-aponta-aumento-da-populacao-de-migrantes-internacionais#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20migrantes%20inter. Acesso em: 9 out. 2022.

POCHMANN, M. **A grande desistência histórica e o fim da sociedade industrial**. São Paulo: Ideias e Letras, 2022.

RESENDE, T.; BRANT, D. Verba par fiscalizações trabalhistas cai pela metade no governo Bolsonaro. **Folha de São Paulo**. Mercado, 21 set. 2020.

RIBEIRO, R. J. Apresentação a Norbert Elias. *In*: ELIAS, N. **O processo civilizador**. v. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 9-12.

TODOROV, T. **La Conquista de América**. La cuestión del otro. México: Siglo Veinteuno, 1987.

VIECELI, L. Em um ano, 661 mil migraram para trabalho por conta própria. **Folha de São Paulo**, Mercado, 2 jul. 2021.